CONTRATO ADESÃO Nº 01.0911/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4874/2024
ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 PMP

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VERA MEDES-PI E A EMPRESA ATIANO BEZERRA BORGES - ME, CNPJ nº "REGISTRO 27.966.617/0001-12, DE CONTRATAÇÃO PREÇO DE PARA EMPRESA TENDO POR FUTURA OBJETO E A EVENTUAL ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE SOM, PALCOS MÓVEIS, BANHEIROS QUÍMICOS, SIMILARES EM GERADORES, ILUMINAÇÃO E ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO VERA MENES -PI E SUAS SECRETARIAS".

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE VERA MENDES - PI, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ (MF) Nº 01.612.615/0001-31, com sede à Rua Sebastião, 780, Bairro Centro, na cidade de Vera Mendes, Piauí, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Carlos José da Silva, brasileiro, casado, portador do CPF nº 005.700.083-28, residente e domiciliado no nesta cidade de Vera Mendes – PI.

CONTRATADA: ATIANO BEZERRA BORGES - ME, CNPJ nº 27.966.617/0001-12, sediada na Praça Anténio Bezerra, nº 209, Sala 102, Bairro Centro, São José do Piaui-Pl, neste ato representada pelo Sr. Atiano Bezerra Borges, brasileiro, contador, portador do RG nº 2.411.623 SSP-PI e do CPF sob o nº 007.592.823-07, residente e domiciliado na cidade de São José do Piauí, à Praça Antônio Bezerra nº 248, Bairro Centro.

Os contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo do **Pregão Eletrônico SRP 014/2024 - PMP**, instruído através do Processo Administrativo nº 4874/2024-PMP, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto deste ajuste a Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de estruturas de som, palcos móveis, banheiros químicos, geradores, iluminação e similares em atendimento às necessidades do município Vera Mendes - PI e suas secretarias" conforme especificações contantes neste Contrato Administrativo.
1.2 Independentemente de transcrição, são partes integrantes desse Contrato Administrativo o edital do Pregão Eletrônico SRP PE nº 014/2024 e seus anexos, bem como seu respectivo Termo de Referência, Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados, instrumentos presentes Processo Administrativo nº 4874/2024 -PMP, vinculado esta avença para todos os efeitos legais.

CLAÚSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
2.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
TIPO	**CÓD.**	**DESCRIÇÃO**
FICHA	52	

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Dados: 2024.12.09 12:33:42 -03'00'

U.O	02.03.00	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO e FINANÇAS
FUNÇÃO DE GOVERNO	4	Administração
SUBFUNÇÃO DE GOVERNO	122	Administração Geral
PROGRAMA DE GOV.	1203	PROCESSO ADMINISTRATIVO
PROJETO/ATIVIDADE	2004	MANUTENCAO DE ENCARGOS DA ADMINISTRACAO GERAL
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO	500	Recursos não vinculados de impostos

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O presente contrato terá vigência d e12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a Lei 14.133/2021.
3.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao teste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitindo a negociação com o contratado.
3.3. O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação do contratual.
3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLAÚSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor total da contratação é de **R$ 737.900,00 (setecentos e trinta e sete mil e novecentos reais)**, para todo o período de sua vigência, conforme valores na proposta vencedora.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 Para efeito de pagamento, a contratada encaminhar ao órgão/ente, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria requisitante e cópia da Nota de Empenho.
5.2 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direto as verbas e atuar atualização dos valores na forma legal
5.3 Para eleito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
a) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FCTS
b) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.
c) CNDT
5.4 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os materiais fornecidos/serviços prestados a que se referir.
5.5 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas a CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e valida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração
5.6 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material prestação do serviço.

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Dados: 2024.12.09 12:34:06 -03'00'

CLAUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 O objeto desta licitação será fornecido/prestado parceladamente ato que seja atingida a quantidade total adquirida e somente mediante a apresentação de autorização e nota de empenho, devidamente preenchida e expedida pela autoridade competente ou responsável por ele designado
a) Os materiais deverão per entregues em um prazo não superior á 05(cinco) dias corridos, contados da data da confirmação do recebimento de nota de empenho do material solicitado pelo setor competente da
secretaria responsável pele pedido.
b) O fornecimento do objeto solicitado deverá ser feito em até 05 (cinco) dias, de acordo com a necessidade da Contratante.
c) Serão rejeitados materiais em desacordo com as determinações do Edital e seus/anexos, ficando os mesmos sujeitos ao controle pelo Gestor/Fiscal do contrato:
d) Sem prejuízo de haver redução ou ampliação da quantidade/contratada, dentro dos limites legais, a critério do CONTRATANTE, estima-se por 12 (coze) meses/ contados da jata da assinatura do contrato, o prazo para entrega total do objeto licitado
6.2 Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher comprovante de entrega, contendo data o nome o cargo e a assinatura emitidos pela Administração responsável designado na respectiva requisição de fornecimento e nota de empenho
6.3 A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais, bem como efetuar a substituição imediata. e totalmente as quais expensas de qualquer material entregue comprovadamente adulterado, portanto, fora das especificações teóricas e padrões de qualidade constantes dos Regulamentos Técnicos dos órgãos fiscalizadores.
6.4 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento do objeto licitado, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:
7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato € seus anexos;
7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto
i fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, as suas expensas;
7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas a execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios
ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias uteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307 Dados: 2024.12.09 12:34:37 -03'00'

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
7.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
7.13 A Administração não respondera por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.,

CLAUSULA OITAVA - OBRIGACOES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir dispostas;
8.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
8.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990).
8.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que lhe impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
8.5. Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade | superior (art. 137, Il, da Lei n. º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado á Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficara autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de
cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. º 14.133, de 2021);
8.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. º 14.133, de 2021);
8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307 Dados: 2024.12.09 12:34:58 -03'00'

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
8.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
8.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
8.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLAUSULA NONA - REAJUSTE DE PRECOS

9.1. Os pregos inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais sendo reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices previstos em o ato oficial, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos | efeitos financeiros do último reajuste.
9.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente
tão logo seja (m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s)
9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
9.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
9.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLAÚSULA DECIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307 Dados: 2024.12.09 12:35:33 -03'00'

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. Multa: 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta dias; 2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
i. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b)as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Dados: 2024.12.09 12:35:58 -03'00'

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.4.3 Indenizações e multas.
11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Dados: 2024.12.09 12:36:17 -03'00'

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZACÃO

12.1 A fiscalização do presente Contrato será realizada por servidor designado pela Contratante, o qual acompanhara a execução do fornecimento/ prestação do serviço.
12.2 O servidor, gestor do contrato, anotara, em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. 13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAÚSULA DECIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAÚSULA DECIMA SEXTA – DO FORO (ART. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
E por assim estarem justa e CONTRATADA, assina, o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Vera Mendes – PI, 09 de dezembro de 2024.

ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307
Dados: 2024.12.09 12:36:38 -03'00'

CONTRATANTE: _____

MUNICIPIO DE VERA MENDES – PI
Carlos José da Silva
Prefeito

CONTRATADA: _____ ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307 Assinado de forma digital por ATIANO BEZERRA BORGES:00759282307 Dados: 2024.12.09 12:37:03 -03'00'

ATIANO BEZERRA BORGES – ME
CNPJ Nº 27.966.6147/0001-12
Atiano Bezerra Borges
Proprietário

TESTEMUNHAS:

_____ _____

CPF: CPF:
RG: RG:

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4874/2023. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024**. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE SOM, PALCOS MÓVEIS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADORES, ILUMINAÇÃO E SIMILARES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO VERA MENDES - PI. **VENCEDOR**: ATIANO BEZERRA BORGES - ME. CNPJ SOB O Nº 27.966.617/0001-12. **CONTRATO:** Nº 4874/2024. **VALOR DO CONTRATO:** R$ 737.900,00 (SETECENTOS E TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E NOVECENTOS REAIS). **DATA DA ASSINATURA:** 09/12/2024 **VIGÊNCIA:** 09/12/2025. **SIGNATÁRIOS:** PREFEITO SR. CARLOS JOSÉ DA SILVA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA MENDES – PI, E O SR. ATIANO BEZERRA BORGES, PELA EMPRESA ATIANO BEZERRA BORGES – ME.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
"Verba Volant, Scripta Manent"

Id:125278A75DDA6921

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU
Rua Maria das Mercês Ribeiro, nº 406 – Centro
CEP. 64.780-000, Anísio de Abreu - PI.
CNPJ: 06.553.630/0001-70
E-MAIL: pmanisiodeabreupi@gmail.com

RESENHA DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº. 146/2024, de 17 de dezembro de 2024, que entre si fazem a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU e a empresa **D. R. D. ARAÚJO – ME**; A Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.553.630/0001-70, sediada na Rua Maria das Mercês Ribeiro, nº. 406, centro, Anísio de Abreu – PI, representada pelo prefeito municipal, Raimundo Nei Antunes Ribeiro, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**, representada pelo Secretário Municipal de Finanças, o Sr. Antonito de Oliveira Costa Filho, brasileiro, maior, portador do CPF nº. 050.xxx.xxx-84, daqui por diante chamado de CONTRATANTE, e a empresa **D. R. D. ARAÚJO - ME,** inscrita no CNPJ sob o N°. 17.683.419/0001-98, com sede/endereço na Rua Projetada, S/N, Sala 01, Bairro Ribeirão, Cep.: 64.780-000, na cidade de Anísio de Abreu - PI, aqui representada pelo sócio administrador, o senhor Diego Ramon Dias Araújo, inscrito no CPF/MF sob o n°. 007.XXX.XXX-80, doravante denominado CONTRATADO, na forma por lei, celebram entre si o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** conforme previsão contida no artigo 57, II, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 e cláusula quinta do contrato inicial, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas; **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO:** Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual pela PRIMEIRA vez, por mais 60 (sessenta) dias, do Contrato Nº. 146/2024 celebrado em 17 de dezembro de 2024, estendendo sua vigência até 02 de março de 2025, conforme previsto no Art. 107 da Lei N°. 14.133, de 01 de abril de 2021 e cláusula quinta do contrato inicial. O contrato celebrado entre o profissional supracitada e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU, tem como objeto a Contratação de empresa para serviços de ornamentação da praça Sebastião Rodrigues, em alusão as celebrações do aniversário da cidade e das festividades natalinas do município de Anísio de Abreu – PI; **CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO:** A alteração contratual objeto deste Termo Aditivo foi pactuada com a anuência das partes envolvidas, preservando-se os seguintes princípios: Supremacia do Interesse Público, Compatibilidade da Proposta com os Preços Praticados no Mercado e Manutenção das Condições de Habilitação e Eficiência; **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSOS:** Os recursos para dar suporte a esse aditivo, serão os mesmos estabelecidos no Processo consignado no orçamento municipal vigente; **CLÁUSULA QUARTA– DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial em tudo que não contrariar o presente termo aditivo que passa a integrar o Contrato Nº. 146/2024 celebrado em 17 de dezembro de 2024, vinculado a Dispensa de Licitação nº. 038/2024; **CLÁUSULA QUINTA** - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca da Justiça Comum, ao qual o município de Anísio de Abreu, Estado do Piauí, esteja jurisdicionado, para dirimir as questões derivadas deste Contrato. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em duas vias, assinam as partes abaixo; Anísio de Abreu - PI, 31 de dezembro de 2024. ANTONITO DE OLIVEIRA COSTA FILHO, Secretário Municipal de Finanças/CONTRATANTE e DIEGO RAMON DIAS ARAUJO/Pela Contratada.

Id:089B925CCF146928

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU
Rua Maria das Mercês Ribeiro, nº 406 – Centro
CEP. 64.780-000, Anísio de Abreu - PI.
CNPJ: 06.553.630/0001-70
E-MAIL: pmanisiodeabreupi@gmail.com

RESENHA DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº. 147/2024, de 17 de dezembro de 2024, que entre si fazem a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU e a empresa **M DA TRINDADE SILVA COELHO LTDA**; A Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.553.630/0001-70, sediada na Rua Maria das Mercês Ribeiro, nº. 406, centro, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**, representada pelo Secretário Municipal de Finanças, o Sr. Antonito de Oliveira Costa Filho, brasileiro, maior, portador do CPF nº. 050.xxx.xxx-84, daqui por diante chamado de CONTRATANTE, e a empresa **M DA TRINDADE SILVA COELHO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o N°. 46.471.534/0001-05, com sede/endereço na Rua Major Jerônimo Belo, N°. 332, Centro, Cep.: 64.780-000, na cidade de Anísio de Abreu - PI, aqui representada pela sócia administradora, a senhora Marlene da Trindade Silva Coelho, inscrita no CPF/MF sob o n°. 166.XXX.XXX-09, doravante denominado CONTRATADO, na forma por lei, celebram entre si o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** conforme previsão contida no Art. 107 da Lei N°. 14.133, de 01 de abril de 2021 e cláusula quinta do contrato inicial, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas; **CLÁUSULA PRIMEIRA** – DO OBJETO E DO PRAZO: Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual pela PRIMEIRA vez, por mais 60 (sessenta) dias, do Contrato Nº. 147/2024 celebrado em 17 de dezembro de 2024, estendendo sua vigência até 02 de março de 2025, conforme previsto no Art. 107 da Lei N°. 14.133, de 01 de abril de 2021 e cláusula quinta do contrato inicial. O contrato celebrado entre o profissional supracitada e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU, tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de materiais para a confecção enfeites visando a ornamentação da praça Sebastião Rodrigues nas festividades natalinas do município de Anísio de Abreu – PI; **CLÁUSULA SEGUNDA** – DA MOTIVAÇÃO: A alteração contratual objeto deste Termo Aditivo foi pactuada com a anuência das partes envolvidas, preservando-se os seguintes princípios: Supremacia do Interesse Público, Compatibilidade da Proposta com os Preços Praticados no Mercado e Manutenção das Condições de Habilitação e Eficiência; **CLÁUSULA TERCEIRA** – DA FONTE DE RECURSOS: Os recursos para dar suporte a esse aditivo, serão os mesmos estabelecidos no Processo consignado no orçamento municipal vigente; **CLÁUSULA QUARTA** – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial em tudo que não contrariar o presente termo aditivo que passa a integrar o Contrato Nº. 147/2024 celebrado em 17 de dezembro de 2024, vinculado a Dispensa de Licitação nº. 039/2024; **CLÁUSULA QUINTA** - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca da Justiça Comum, ao qual o município de Anísio de Abreu, Estado do Piauí, esteja jurisdicionado, para dirimir as questões derivadas deste Contrato. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em duas vias, assinam as partes abaixo; Anísio de Abreu - PI, 31 de dezembro de 2024. ANTONITO DE OLIVEIRA COSTA FILHO, Secretário Municipal de Finanças/CONTRATANTE e MARLENE DA TRINDADE SILVA COELHO/Pela Contratada.

Id:0047F18A9DD8710E

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VERA MENDES
União, Trabalho e Transparência

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4874/2023. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE SOM, PALCOS MÓVEIS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADORES, ILUMINAÇÃO E SIMILARES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO VERA MENDES - PI. **VENCEDOR:** ATIANO BEZERRA BORGES - ME. CNPJ SOB O Nº 27.966.617/0001-12. **CONTRATO:** Nº 4874/2024. **VALOR DO CONTRATO:** R$ 737.900,00 (SETECENTOS E TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E NOVECENTOS REAIS). **DATA DA ASSINATURA:** 09/12/2024 **VIGÊNCIA:** 09/12/2025. **SIGNATÁRIOS:** PREFEITO SR. CARLOS JOSÉ DA SILVA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA MENDES – PI, E O SR. ATIANO BEZERRA BORGES, PELA EMPRESA ATIANO BEZERRA BORGES – ME.

CNPJ: 01.612.615/0001-31 | Rua São Sebastião, 780, Centro, CEP: 64568-000, Vera Mendes – PI
Facebook/Instagram: prefeituradeveramendespi | Telefone: (89) 3458-0043 | E-mail: prefeituradeveramendespi@gmail.com

Id:13B5BE1FBB646FDD

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VERA MENDES
União, Trabalho e Transparência

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO 090/2025

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2025, compareceu o Sr. **JANIELSON DE SOUSA VERA,** inscrito sob CPF nº 060.347.323-79 , por ter sido nomeado para o cargo de **VIGIA**, pela Secretaria Municipal de Educação, deste Município, pelo Decreto nº 052/2024, de 26 de dezembro de 2024, e publicado no Diário Oficial dos Municípios em de 30 de Dezembro de 2024, Edição V CCXXVIII, em virtude de sua aprovação no Concurso Público concernente ao Edital nº 001/2020, vindo prestar o devido compromisso de bem e fielmente desempenhar as atribuições, sendo conhecedor da Legislação que define os direitos, deveres e responsabilidades inerentes ao referido cargo.

Vera Mendes -PI, 02 de janeiro de 2025.

Janielson de Sousa Vera
Nome do empossado (a)

CARLOS JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal de Vera Mendes/PI